

#### **4. ANA MARIA FERREIRA MORGADO - CAFÉ LIVRARIA MAVY – ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:**

Submete-se à consideração do Executivo o pedido de Ana Maria Ferreira Morgado, relativamente ao estabelecimento, sito na Rua D. Diogo de Sousa, nº. 127, da União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), em que solicita o alargamento de horário de funcionamento de domingo a quinta-feira, entre as 10:00 h e as 2:00 h, e sextas e sábados, entre as 10:00 h as 04:00 h.

Tem informação circunstanciada da Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva – Divisão de Fiscalização segundo a qual nos termos do artº 6º do Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços a Câmara pode alargar os limites fixados no referido artigo, estando observados todos os requisitos exigidos.

## Divisão de Fiscalização

| Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva |

Processo n.º 732/PROC/12

Data: 13/12/2016

Autor: Bárbara Magalhães

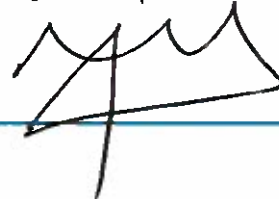
Assunto: ~~Café Chave D'Ouro~~

Pedido de alargamento de horário de funcionamento.

| Despacho superior |

A NS do Excmo.

161214



### ✓ ENQUADRAMENTO FACTUAL

- No dia 15/02/2016 veio a senhora Ana Maria Ferreira Morgado em requerimento registado sob o n.º PED/2100/2016, requerer a este Município que seja permitido ao estabelecimento que representa, denominado **Café Livraria Mavy**, praticar um **horário de funcionamento alargado, de domingo a quinta-feira, entre as 10:00 e as 02:00 e sextas e sábados, entre as 10:00 e as 04:00.**

- Tal pedido fundamenta-se no facto de, nos termos dos limites horários definidos no Artigo E-1/5.º do *Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB)*, o referido estabelecimento, por estar inserido no 2.º Grupo, só poder funcionar entre as 06:00 e as 24:00 durante a semana, e até às 02:00 às sextas, sábados e vésperas de feriado.

- Maior limitação conhece ainda pelo facto de se encontrar inserido num **edifício habitacional**, circunstância que determina, de acordo com o estipulado no Artigo E-1/10.º do mesmo diploma regulamentar, que só possa laborar entre as 08:00 e as 24:00, a não ser que o explorador obtenha o prévio consentimento dos ocupantes do edifício para a prática horário diferente.

- Ora, sucede que no edifício em questão não habita nenhum morador, estando apenas instalado um gabinete de arquitetura.

- Ainda assim, o requerente juntou uma declaração do proprietário do edifício da qual consta autorização expressa para a prática do horário por si pretendido.

- Ultrapassada que foi a questão do consentimento, e porque, como dissemos acima, o horário pretendido implica também o extravasamento dos limites previstos para o grupo em que o estabelecimento se insere, importa ainda convocar o estatuído no Artigo E-1/13.º do CRMB:

***“Sem prejuízo do disposto no artigo 10.º, relativamente aos estabelecimentos situados em edifícios de habitação ou próximos de habitações, o alargamento e a restrição dos períodos de abertura e funcionamento dos estabelecimentos, previstos no Regulamento, impõe a audição das seguintes entidades:***

***a) Sindicatos;***

***b) Forças de segurança territorialmente competentes;***

***c) Associações de empregadores;***

***d) Associações de consumidores;***

***e) Junta de freguesia onde o estabelecimento se situa.”***

- Neste sentido, foram então auscultadas a **Associação Comercial de Braga**, a **Junta de Freguesia de Maximinos, Sé e Cidade** e a **Associação de Moradores do Centro Histórico**.

- A primeira entidade emitiu parecer favorável à pretensão e a Junta de Freguesia deu parecer desfavorável invocando contudo fundamentos que não contendem com o estabelecimento em questão mas apenas com a problemática do cumprimento de horários no centro histórico.

- Quanto à Associação de Moradores do Centro Histórico, não houve qualquer pronúncia.

- Mais se deve acrescentar que nunca recebemos no Município qualquer reporte de problemas com o estabelecimento em questão por parte das autoridades policiais.

✓ **ANÁLISE**

Cumprida que cremos estar a tramitação procedimental do pedido em apreço importa agora escrutinar o disposto no Artigo E-1/13.º do CRMB quando dispõe:

**1) A câmara municipal pode alargar os limites fixados no artigo 6.º do presente Regulamento, a requerimento do proprietário/explorador do estabelecimento, devidamente fundamentado, a vigorar em todas as épocas do ano ou apenas em épocas determinadas, desde que se observem cumulativamente os seguintes requisitos:**

- a) Situem-se os estabelecimentos em locais em que os interesses de atividades profissionais, designadamente ligadas ao turismo, o justifiquem;**
- b) Não afetem a segurança, a tranquilidade e o repouso dos cidadãos residentes;**
- c) Não desrespeitem as características socioculturais e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento.**

**2) O alargamento dos horários terá em conta os interesses dos consumidores, as necessidades de oferta turística e novas formas de animação e revitalização da área territorial do Município.**

Ora, compulsados todos os elementos junto ao processo, bem como considerando o teor da informação neste documento resumida, parece-nos, salvo melhor opinião, que estão reunidos os pressupostos regulamentares para se conceder o alargamento solicitado.

Ademais, está em causa um estabelecimento com forte tradição na cidade, com um funcionamento enraizado na zona em que insere, animando um edifício histórico do centro de Braga.

Cumpra apenas referir que, por lapso nosso, o presente caso já havia sido levado à superior consideração do Sr. Presidente que, no entanto, não tem competência decisória nos alargamentos de horário.

✓ **PROPOSTA**

Neste sentido, específica e concretamente considerado que foi o presente caso, parece-nos que o presente processo está em condições de ser levado à consideração da Câmara Municipal, formalidade que ora propomos ao Senhor Presidente.

À sua superior consideração,

Pela Divisão de Fiscalização,

  
(Bárbara Magalhães)